

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Ministros vão ao STF defender a venda da TAG	2
Título: CNPE discute medidas para mercado de combustíveis.....	3
Título: Petrobras põe à venda 60% dos campos em terra	5
Título: Produção de petróleo segue em alta e tem crescimento de 1,7% em abril.....	7
Título: Estados e municípios terão 30% do pré-sal	8
Título: Destaques	9
Título: México libera a estatal Pemex para investir mais	10
Título: Bandeira verde pode trazer deflação este mês	12
Título: Aneel discute contratos da Renova	14
Título: Curta.....	15
Título: Superintendência do Cade dá aval para compra da Ferrous pela Vale	15
Título: Previ perde R\$ 5,8 bilhões com Vale no 1º trimestre	16
Título: Bancos e exportadoras lideram indicações	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: Petrobrás propõe acordo com o Cade para venda de refinarias.....	21
Título: Preços altos afetam mercado do aço.....	23
Título: Bioeconomia: oportunidade para o Brasil	24
VEÍCULO: O Globo.....	26
Título: Programa tenta combater o furto de combustível	26
Título: O custo da reputação.....	26
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	27
Título: Preço da gasolina começa a ceder no DF.....	27

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/06/2019****Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt, Isadora Peron e Mariana Muniz | De Brasília****Título: Ministros vão ao STF defender a venda da TAG**

A dificuldade inesperada com a venda de ativos das estatais, que surgiu em liminares do Supremo Tribunal Federal (STF), tem mobilizado o alto escalão do governo Jair Bolsonaro a fazer um corpo a corpo entre os ministros da Corte. O objetivo é tentar sensibilizar o tribunal sobre os efeitos da decisão que será tomada em plenário. A busca por maior interação com os magistrados foi iniciada ontem, às vésperas da análise do caso marcada para amanhã.

O desfecho do julgamento do STF trará implicações sobre a transferência do controle da Transportadora Associada de Gás (TAG) da Petrobras para o consórcio formado pela Engie e o fundo canadense CDPQ. O negócio, que envolve o pagamento de US\$ 8,6 bilhões à estatal, foi barrado na semana passada por uma medida cautelar expedida pelo tribunal.

Ontem, na expectativa de minimizar os riscos de uma decisão desfavorável, os ministros Paulo Guedes (Economia), **Bento Albuquerque (Minas e Energia)** e o advogado-geral da União, André Mendonça, estiveram com o relator da ação da TAG, Edson Fachin. O procurador-geral da Fazenda Nacional, José Levi Mello do Amaral Júnior, também acompanhou a audiência. Na primeira tentativa de julgamento, na quinta-feira passada, eles compareceram ao tribunal. Fachin também recebeu o advogado da TAG, Luís Inácio Adams, ex-advogado-geral da União.

Hoje, os ministros de Bolsonaro devem retornar ao STF para reuniões com outros dois magistrados do Supremo, Marco Aurélio e Celso de Mello. Pelo menos, Albuquerque já havia confirmado, ontem à noite, a sua ida ao tribunal.

Amanhã, o plenário do Supremo pode decidir se revoga ou mantém liminar concedida em junho do ano passado pelo ministro Ricardo Lewandowski. Na ocasião, ele decidiu que a venda de ações de empresas públicas e de sociedades de economia mista está sujeita à prévia anuência do Legislativo. Parte da análise do tribunal envolve a discussão sobre a necessidade de realizar licitação para casos de venda de subsidiárias das estatais.

A suspensão da venda da TAG foi entendida como um duro revés na estratégia do governo de transferir ativos estatais para o setor privado. Se o impedimento for confirmado, o ritmo de venda de participação em gasodutos será afetado.

Também há o risco de que uma decisão desfavorável do STF possa comprometer o andamento dos futuros negócios da Petrobras, alguns previstos no plano de desinvestimento. Além de venda de gasodutos, a petroleira já manifestou o interesse em alienar ativos do setor de refino, distribuição de derivados, gás de cozinha (GLP), energia elétrica (termelétricas) e fertilizantes. Para nenhum dos casos, a companhia conta em ter que submeter a decisão ao aval do Congresso ou realizar licitação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/06/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: CNPE discute medidas para mercado de combustíveis

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deve definir hoje algumas medidas para o mercado de abastecimento de combustíveis. Segundo duas fontes, a expectativa é que uma resolução seja publicada, definindo diretrizes que incentivem a entrada de novos agentes no setor. Regras de verticalização do setor, a permissão para que as usinas de etanol vendam diretamente para os postos e a autorização para que os revendedores comprem combustível de qualquer distribuidor são algumas das medidas em estudo.

O aumento da competição no mercado de combustíveis é um assunto que vem sendo tratado em várias frentes, tanto na Agência Nacional de Petróleo (ANP) quanto no Ministério de Minas e Energia (MME). A pasta chegou a lançar, em abril, o programa "Abastece Brasil", que visa estimular a concorrência no abastecimento, enquanto o órgão regulador vem debatendo desde 2018, em resposta à greve dos caminhoneiros, uma série de medidas para reduzir as barreiras de entrada no mercado.

A pauta de discussões da ANP é bem ampla. Entre as propostas, a agência estuda permitir que as usinas de etanol possam vender diretamente para os postos, sem passar pelo intermediário das distribuidoras. Segundo nota técnica publicada pelo órgão regulador, não existem impeditivos regulatórios para a liberação, que, de acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), poderia contribuir para ampliar a concorrência no setor.

Outro tema da agenda da ANP é a verticalização do setor. A agência rediscute internamente as regras atuais que impedem que o distribuidor seja também

revendedor varejista; e que o produtor e importador vendam diretamente para revendedores, sem passar pelas distribuidoras.

Além disso, a agência avalia se dá ou não ampla liberdade aos postos para comprarem combustível de quem quiserem, independentemente da bandeira que ostentem - encerrando, portanto, a chamada tutela regulatória da fidelidade à bandeira. Hoje, um posto "bandeirado" só pode adquirir e vender combustível fornecido pelo distribuidor com o qual possui acordo para exibição da marca. Já o revendedor que não tenha optado por exibir a marca comercial de um distribuidor específico - o "bandeira branca" - não pode exibir a marca comercial de nenhum distribuidor em suas instalações.

No setor de gás liquefeito de petróleo (GLP), a agência discute se permitirá ou não que distribuidoras vendam gás em botijões de outras marcas e se autorizará o enchimento fracionado de botijões - um sistema que viabilizaria a recarga de recipientes e que o consumidor possa comprar volumes de acordo com sua demanda, e não somente botijões uniformizados.

Segundo uma fonte, a percepção no comando da ANP é de que a regulação atual possui muitas "regras restritivas" na distribuição. Em nota técnica publicada neste ano, o órgão regulador destacou que, entre 2017 e 2018, os reajustes praticados pela Petrobras na gasolina foram acompanhados pelas distribuidoras, mas em intensidades diferentes e com certa defasagem temporal, "o que permite identificar um fenômeno de assimetria na transmissão de preços" que "sugere que há falta de competição no setor". A nota sugere, então, a "reavaliação de alguns dispositivos normativos" para que "sejam promovidas mudanças estruturais" para fomentar a concorrência no mercado.

O **Valor** apurou, contudo, que algumas das medidas da ANP não são consenso dentro da equipe técnica. Algumas das propostas mexem com os ânimos das distribuidoras. As três líderes do mercado (BR, Ipiranga e Raízen) estão todas listadas na bolsa e reclamam que os debates levantados pela ANP criam um clima de insegurança para investidores, segundo uma fonte de uma das companhias.

Em abril, ao lançar o programa "Abastece Brasil", **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, adotou um discurso mais moderado, ao afirmar que ainda não havia propostas fechadas e que a ênfase estava na entrada de novos agentes e na livre concorrência, mas por meio de um ambiente de negócios pautado "na estabilidade, com segurança jurídica e regulatória, e na previsibilidade".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/06/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petrobras põe à venda 60% dos campos em terra**

Em meio às incertezas que pairam sobre seu programa de venda de ativos, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Petrobras abriu dois processos de desinvestimentos, para alienação de mais dois polos de produção terrestre na Bahia. Com seus investimentos concentrados cada vez mais no pré-sal, a petroleira tem intensificado a oferta de campos "onshore" nas últimas semanas e está se desfazendo, hoje, de cerca de 60% de todas as suas concessões terrestres.

O lançamento dos processos de desinvestimentos dos polos Recôncavo e Rio Ventura, anunciado ontem, ocorre num momento em que a empresa intensifica o seu plano de venda de ativos. Roberto Castello Branco assumiu a Petrobras, no início do ano, com um discurso favorável à redução da carteira de ativos da petroleira, mas foi nos últimos dois meses que os primeiros desinvestimentos de sua gestão começaram a sair do papel.

Desde abril, a Petrobras já iniciou seis processos de desinvestimentos - os primeiros negócios lançados na administração Castello Branco. Além disso, a companhia avançou com a definição de pontos importantes par a oferta subsequente de ações (follow-on) da BR Distribuidora e venda de suas refinarias.

A venda dos polos Recôncavo e Rio Ventura se junta ao desinvestimento do Polo Cricaré, anunciado na semana passada e que reúne 27 campos terrestres no Espírito Santo. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a empresa detém 215 concessões terrestres em produção. Dessa carteira, 114 ativos estão à venda e 13 estão em fase de devolução à União.

Além de Cricaré, Recôncavo e Rio Ventura, a Petrobras tem outros oito polos terrestres em desinvestimentos, dentre os quais Riacho da Forquilha (RN). O ativo foi vendido para a Petrorecôncavo, por US\$ 384,2 milhões, mas o negócio ainda está sujeito à aprovação das autoridades competentes.

Os campos terrestres respondem por cerca de 6,5% da produção total de petróleo da companhia, no país. No primeiro trimestre, a estatal produziu, em média, cerca de 130 mil barris diários nas concessões "onshore", no Brasil.

Os desinvestimentos da gestão Castello Branco não se restringem aos campos terrestres. Para além dos polos Cricaré, Recôncavo e Rio Ventura, a Petrobras abriu em maio a venda de sua participação na Breitener Energética (93,7%) e na Compañia MEGA (34%), na Argentina. Em abril, a companhia já tinha colocado à venda a Liquigás.

Além dessas seis vendas em curso, o conselho de administração da petroleira aprovou no mês passado o modelo de venda adicional de sua participação na BR Distribuidora. O colegiado também aprovou, em abril, o desinvestimento de oito refinarias e da PUDSA, rede de postos de combustíveis no Uruguai - esses dois pacotes de ativos, contudo, ainda não foram colocados oficialmente à venda.

O programa de venda de ativos da petroleira vive, no entanto, um momento crítico. Nesta semana, o STF julga um pacote de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que trata da necessidade de autorização legislativa para privatizações. Os ministros irão decidir se revogam ou mantêm liminar concedida em junho de 2018 pelo ministro Ricardo Lewandowski, segundo a qual a venda do controle de estatais e subsidiárias está sujeita à prévia anuência do Congresso.

A pauta promete ser uma espécie de "dia D" para o programa de venda de ativos da Petrobras. A estatal vive a expectativa de que possa retomar a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), para a Engie, e garantir a entrada de US\$ 8,6 bilhões (incluindo US\$ 800 milhões em dívida) no seu caixa. No pior dos cenários, porém, a petroleira pode ter de parar algumas negociações em andamento e ver todo o seu plano de desinvestimentos mergulhar num clima de insegurança jurídica.

Isso porque, além das liminares dos ministros Edson Fachin - que suspendeu a venda da TAG, sob a alegação de falta de licitação - e Ricardo Lewandowski, o Supremo também pautou para esta semana o julgamento de uma ADI que trata do decreto nº 9.355/18, que estabelece regras de transparência e boas práticas para a venda de campos de óleo e gás da Petrobras, em consonância com a sistemática acordada com o Tribunal de Contas da União (TCU).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/06/2019****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Produção de petróleo segue em alta e tem crescimento de 1,7% em abril**

A produção nacional de petróleo cresceu pelo segundo mês consecutivo e fechou abril com uma alta de 1,7%, ante março. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), foram produzidos, em média, 2,604 milhões de barris por dia no mês retrasado, o que representa uma alta de 0,3% frente a abril de 2018. A Petrobras, responsável por 74% do volume produzido, registrou aumento de 2,6% nos seus dados operacionais na comparação com março.

A produção de gás natural totalizou 113 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia) em abril, aumento de 1,3% em relação ao mês anterior e de 3,8% se comparada a abril de 2018. O aproveitamento do gás manteve-se estável em relação a março: 94,7% do total produzido.

A queima de gás, por sua vez, aumentou 2,8% se comparada com março e 76,5% em relação a abril de 2018, totalizando 6 milhões de m³/dia. A ANP atribui o crescimento à continuidade dos comissionamentos das plataformas P-76 e P-77, localizadas no campo de Búzios.

A produção de óleo e gás foi de 3,314 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia). O pré-sal representou 59,8% do total.

A produção na camada abaixo do sal cresceu 2,3% em abril, em relação a março, e 10,9% na comparação com abril de 2018. Segundo a ANP, foi produzido, em média, 1,980 milhão de BOE/dia no pré-sal, em abril, sendo 1,572 milhão de barris/dia de petróleo e 64,9 milhões de m³/dia de gás.

O campo de Lula, na Bacia de Santos, manteve-se como o maior produtor do país, sendo responsável por um terço da produção nacional. A Petrobras produziu, em média, 1,933 milhão de barris/dia de petróleo no Brasil em abril, o melhor desempenho operacional desde janeiro.

A companhia acumula, no ano, uma produção de 1,886 milhão de barris/dia, o que representa uma queda de 4,2% na comparação com o primeiro quadrimestre do ano passado.

A produção de óleo e gás totalizou 2,485 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia), volume 2,4% maior que o de março. A meta da estatal é produzir, neste ano, 2,8 milhões de barris de óleo equivalente por dia.

Em abril, a Petrobras também produziu, em média, 87,765 milhões de metros cúbicos diários de gás natural no Brasil, alta de 1,9% ante março. Os números foram informados pela ANP. A Petrobras deixou de publicar, desde o início do ano, seus números operacionais mensais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/06/2019

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Estados e municípios terão 30% do pré-sal

O relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) do Orçamento impositivo, Carlos Gaguim (DEM-TO), afirmou que incluirá no seu parecer, que será apresentado hoje, que Estados e municípios ficarão com 30% do bônus de assinatura e do fundo de participação social do leilão do pré-sal da bacia de Santos.

O número, antecipado pelo **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, foi acertado após reunião ontem com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e a equipe econômica.

Segundo Gaguim, os governadores receberão 15% e os prefeitos ficarão com outros 15% do bônus de assinatura do megaleilão, após a revisão do contrato com a Petrobras, que receberá R\$ 33 bilhões.

A estimativa é que os Estados e municípios dividam R\$ 21 bilhões e que o governo federal fique com R\$ 49 bilhões. Eles também receberão 30% do valor recebido pela exploração futura - cerca de R\$ 1 trilhão. Uma lei posterior regulamentará quanto cada Estado e cidade receberá.

A intenção da equipe econômica, a princípio, era que a PEC apenas permitisse que Estados e municípios pudessem receber o repasses dos recursos sem que o governo federal estourasse o teto de gastos (que impede o crescimento das despesas acima da inflação). Como o teto é uma emenda à Constituição, só uma PEC poderá abrir essa brecha - que será incluída no relatório.

Gaguim apresentará o parecer hoje, em reunião da comissão especial que analisa a PEC do Orçamento impositivo. Ele afirmou que não haverá alterações nos dispositivos que tornam obrigatório o pagamento das emendas parlamentares de bancada ao Orçamento e nos investimentos. Até o fechamento desta edição, a equipe econômica não tinha confirmado o acordo.

Além disso, outro projeto de interesse do governo deve ter desfecho hoje, com a apresentação do parecer do deputado Hildo Rocha (MDB-MA) sobre a

proposta que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 248 bilhões e que o governo descumpra a chamada "regra de ouro" da economia, a de que a União não pode se endividar para pagar despesas correntes.

Rocha disse que integrantes da equipe econômica o procuraram ontem para mudar a estratégia de tramitação evitar o desgaste de votar dois projetos. O governo pretendia usar R\$ 102 bilhões do superávit financeiro do Banco Central para custear parte das despesas (o que dependeria da aprovação de outro projeto de lei, o PLN 2) e receber aval para emitir R\$ 146 bilhões em títulos pelo Tesouro (com o aval dado pelo PLN 4, relatado por Rocha).

A pedido do Ministério da Economia, o relator avalia incorporar, no PLN 4, a autorização para que o superávit financeiro do Banco Central possa ser usado para quitar despesas correntes, como o Bolsa Família e aposentadorias. Assim, seria preciso só uma votação pelo Congresso.

Ele, contudo, não se comprometeu e disse que consultará os líderes partidários antes. "Não adianta eu fazer [a vontade do governo] se não tiver apoio dos líderes. Se não eu apresento meu parecer, eles votam contra e eu que saio como derrotado", afirmou o relator. Ele prometeu protocolar hoje o parecer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/06/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Produção da Petrobras

A produção de petróleo da Petrobras cresceu 2,6% em abril, na comparação com março. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a estatal produziu, no mês retrasado, 1,933 milhão de barris diários no Brasil, melhor desempenho operacional desde janeiro. A companhia acumula, no ano, uma produção de 1,886 milhão de barris/dia, o que representa uma queda de 4,2% em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado. A produção de óleo e gás totalizou 2,485 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia), volume 2,4% maior que o de março. A meta da estatal é produzir, neste ano, 2,8 milhões de BOE/dia. Em abril, a Petrobras também produziu, em média, 87,765 milhões de metros cúbicos diários de gás natural no Brasil, alta de 1,9% ante março. Os números foram informados pela ANP. A Petrobras deixou de publicar, desde o início do ano, seus números operacionais mensais.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/06/2019****Seção: Internacional****Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo****Título: México libera a estatal Pemex para investir mais**

Depois de décadas funcionando como o "cofrinho do governo" mexicano, a estatal petroleira Pemex pode ter um novo papel. Planos anunciados nas últimas semanas mostram que o governo mexicano vai permitir a redução da carga tributária da empresa e está disposto a absorver essa queda de arrecadação na forma de déficit. Isso é uma mudança significativa em relação aos governos anteriores e pode permitir à empresa investir mais.

Nos planos para a Pemex está a construção da refinaria de Dos Bocas, em Tabasco. No domingo o presidente Andrés Manuel López Obrador anunciou o início das obras do projeto de US\$ 7,5 bilhões, que ficará a cargo da estatal. Para viabilizá-lo, o governo refinanciou parte da dívida da empresa e pretende reduzir sua carga tributária em US\$ 6,9 bilhões.

Mas socorrer a Pemex, que é 100% estatal, gera incertezas quanto à situação fiscal do México, no momento em que as ameaças de tarifas dos EUA sobre importações mexicanas trarão mais riscos no curto prazo. Economistas dizem que o governo pode não conseguir cumprir a meta de superávit primário de 1% do PIB neste ano e que investir em refino hoje é pouco rentável.

Amlo - sigla pela qual López Obrador é conhecido - quer a refinaria pronta em três anos. A secretária de Energia, Rocío Nahle, disse que a previsão é investir US\$ 2,5 bilhões em 2020 e US\$ 2,5 bilhões em 2021. Os outros US\$ 2,5 bilhões seriam gastos já neste ano.

O governo diz ter o necessário para este ano, mas o orçamento aprovado em dezembro pelo Congresso não cita a refinaria. Inicialmente o governo convidou empresas privadas a participar do projeto, mas não houve interesse.

O gasto extra com a refinaria, diz Joan Domene, da consultoria Oxford Economics, equivale a 0,2 ponto percentual do PIB até 2021. O governo promete superávit primário de 1% do PIB em 2019. Domene prevê 0,8%. Com o gasto necessário para a refinaria, esse superávit poderia cair para 0,6%.

Os cálculos foram feitos assumindo que a refinaria custará US\$ 7,5 bilhões e será feita em três anos. O Instituto Mexicano do Petróleo, braço técnico da Pemex, no entanto, estima que a refinaria custará US\$ 13,3 bilhões e não será concluída antes de cinco anos.

"A construção da refinaria adiciona pressão significativa sobre as finanças da Pemex", diz Martín Castellano, do Instituto de Finanças Internacionais (IIF). "A margem de manobra para atingir as metas fiscais agora é estreita."

Ainda faltam detalhes sobre o plano, mas, segundo a direção da Pemex, a ideia é reduzir o imposto sobre participação nos lucros (que vai para o governo) de 65% para 58% em 2020 e para 54% em 2021. Isso significa redução da carga tributária da empresa de US\$ 2,4 bilhões em 2020 e de US\$ 4,5 bilhões em 2021. A mudança será enviada ao Congresso em setembro.

"Reduzir a carga tributária não é má ideia, se levarmos em conta tudo o que o governo retirou da Pemex nesses anos, limitando a capacidade da empresa de investir", diz Carlos Petersen, da consultoria Eurasia. "A grande dúvida é como ficará a situação fiscal do México. Qualquer ajuda a Pemex significa menos recurso para o governo."

Petersen argumenta que, com os planos de ampliar gastos sociais e de infraestrutura a partir do ano que vem, o governo dificilmente poderá abrir mão de US\$ 2,4 bilhões e manter a meta de superávit primário de 1,3% em 2020. "Se o governo decide ajudar a Pemex, reduz o risco de rebaixamento [do rating] da empresa, mas pode aumentar o do México. Terá de buscar outras fontes de recursos."

A Pemex foi fundada em 1938, quando o México estatizou seu setor petrolífero. A empresa transfere a maior parte de seus lucros, via royalties ou impostos, para o governo federal. A consultoria Capital Economics estima que, nas últimas duas décadas, 95% dos lucros antes de impostos da Pemex foram destinados ao governo. Isso limitou a sua capacidade de investir. O investimento da empresa caiu de US\$ 26,12 bilhões, em 2013, para US\$ 11,12 bilhões no ano passado.

A Pemex é a petroleira mais endividada do mundo, com um passivo de US\$ 105 bilhões. Desses, US\$ 49,3 bilhões vencem até 2024, quando termina o governo Amlo.

Mesmo com o refinanciamento de US\$ 8 bilhões no início do mês, os planos de construir nova refinaria aumentaram as chances de rebaixamento do rating. As agências de classificação de risco Fitch e Standard & Poor's colocaram a nota da empresa em perspectiva negativa. A Fitch classifica a dívida de longo prazo da Pemex como "BBB-", e a Moody's em "Baa3" - ambas um nível acima da classificação "junk" (de maior risco).

"Construir refinaria de US\$ 7,5 bilhões é drenar o fluxo de caixa que a Pemex tem para compromissos de curto prazo", diz Manuel Molano, do Instituto Mexicano para a Competitividade (IMCO).

Segundo o IMCO, seria mais vantajoso para a Pemex investir em exploração e produção do que em refino, já que o México utiliza só 66% da capacidade instalada de suas seis refinarias.

O argumento de Amlo é que o México precisa ser autossuficiente e deixar de importar combustíveis. Nos últimos anos, a produção de petróleo caiu e a importação de gasolina cresceu. A produção de petróleo foi de 2,4 milhões de barris/dia em 2014 para 1,8 milhão de b/d em 2018, enquanto a importação de gasolina cresceu de 370,5 mil b/d para 594,8 mil b/d. Com Dos Bocas, o governo busca produzir mais 340 mil b/d de gasolina.

"Pensar em construir uma refinaria nos anos 1970 era uma aposta razoável, mas hoje é diferente", diz Molano, ao lembrar que Dos Bocas é competitiva somente em 2% dos 30 mil cenários analisados. "A Pemex poderia comprar uma refinaria nos EUA ou parte de alguma no Caribe. Além disso, há capacidade extra de refino no mundo e uma produção de motores de maior eficiência energética, com outras tecnologias. Não faz sentido em termos de negócios."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Thais Carrança | De São Paulo

Título: Bandeira verde pode trazer deflação este mês

O país poderá registrar a primeira deflação do ano em junho, graças à combinação de uma inesperada bandeira verde nas contas de luz, queda do preço dos combustíveis e redução sazonal do preço dos alimentos. No acumulado de 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve cair de quase 5% em abril para menos de 3,5% neste mês.

"Para junho, estávamos esperando um IPCA levemente positivo, antes de tomar conhecimento da bandeira verde e também da redução do preço da gasolina. Com essas duas novidades se torna factível um número negativo em junho", diz André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

Na sexta-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou que a bandeira das contas de luz será verde, sem custo adicional para o consumidor. Segundo a agência, apesar de junho ser um mês típico de seca, a previsão hidrológica para o mês superou as expectativas, indicando tendência de vazões acima da média histórica para o período.

Também na sexta, a Petrobras anunciou uma redução de 7,1% no preço da gasolina e de 6% no valor do diesel nas refinarias. Na semana anterior, a estatal já havia anunciado redução de 4,43% no preço médio da gasolina.

O economista da FGV estima que a passagem da bandeira amarela para verde deve reduzir em 0,7% as contas de luz, com impacto de 0,02 ponto percentual sobre o IPCA de junho. Já a redução de preços da gasolina - que tem maior peso na inflação do que o diesel - deve ser de 2,5% para os consumidores, com efeito de 0,1 ponto percentual (p.p.) na inflação. Com esses dois movimentos e uma expectativa de deflação dos alimentos no mês, Braz projeta preliminarmente queda de 0,08% para o IPCA em junho, que levaria o acumulado de 12 meses para 3,4%, depois de um pico de 4,94% em abril.

Em relatório, a MCM Consultores estima que as contas de luz deverão ter redução ao redor de 1,8% como resultado da adoção da bandeira verde em junho. "Assim, nossa projeção para a inflação neste mês ficará próxima de 0,10%", escreve a equipe da MCM.

Em abril, último resultado disponível, o IPCA teve variação de 0,57% e de 0,35% no IPCA-15 de maio. O resultado para o IPCA fechado de maio será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sexta-feira.

"Tem muito risco de o IPCA de junho ser negativo", avalia Fabio Romão, analista de inflação da LCA Consultores. O economista projeta por ora o IPCA de junho em alta de 0,02%. Sem a bandeira verde, a estimativa seria de 0,09%, e, sem a queda de preço da gasolina, de 0,24%, estima Romão.

O analista lembra que, em junho de 2018, o IPCA registrou uma variação mensal atípica, influenciada pela greve dos caminhoneiros no mês anterior, de 1,26%. Desconsiderando o ano passado, a mediana para a inflação em junho é de 0,26% nos dez anos anteriores. Com a saída do dado de junho de 2018 do acumulado de 12 meses, a inflação nessa medida deve desacelerar dos 4,94% de abril, para 3,41% em junho, novamente abaixo da meta para este ano (4,25%).

Também devido à surpreendente bandeira verde em junho, a LCA revisou para baixo sua estimativa para a inflação em 2019, de 4% para 3,9%. "Mudei minha perspectiva para a bandeira no fim do ano, esperava que ela chegaria a dezembro amarela, e passei a acreditar que ela vai fechar em verde", explica Romão.

O economista avalia que há mais pressões baixistas do que riscos de alta para a inflação à frente. Para os alimentos, por exemplo, Romão prevê deflação de

0,54% em maio e 0,30% em junho, devolvendo as fortes altas do início de ano, sob efeito de intempéries climáticas e das quebras de safra.

Já os riscos de pressão sobre a inflação mais relevantes adiante são o efeito da peste suína na China sobre o preço das carnes e dos riscos à reforma da Previdência e da guerra comercial no exterior sobre o câmbio. A peste suína deve acrescentar 0,26 p.p. à inflação neste ano, com efeito concentrado no último quadrimestre, e 0,17 p.p. ao IPCA de 2020, com maior peso no primeiro trimestre, estima Romão.

Para o câmbio, o cenário-base da LCA é de um dólar no fim do ano a R\$ 3,80, com o IPCA em alta de 3,9%. Já no cenário adverso, a moeda americana iria a R\$ 4,30, e o índice oficial de inflação, a 4,6%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Aneel discute contratos da Renova

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) discute hoje, em sua reunião ordinária, o processo de revogação das autorizações para implementação de parques eólicos pela Renova Energia. Dependendo da decisão, a venda do complexo eólico Alto Sertão III para a AES Tietê pela companhia pode ser inviabilizada, o que complicaria a situação financeira da geradora renovável e da sua controladora, a Cemig.

O processo chegou a ser pautado no início de abril, mas foi retirado da discussão depois que a Renova fechou o acordo de venda do complexo eólico para a AES Tietê. Além de Alto Sertão III, que terá no total 400 megawatts (MW) de potência ainda em construção, o negócio envolve ainda a transferência de cerca de 1 gigawatt (GW) em projetos na carteira da Renova. A proposta foi aceita pelo conselho de administração da companhia no fim de março.

Se a venda for bem sucedida, a Renova manterá apenas sua participação na Brasil PCH, que opera 192,2 MW, além de outros 6 GW de projetos desenvolvidos, que poderão ser executados no futuro quando houver oportunidades de mercado atrativas e a companhia tiver condições financeiras de fazer frente aos aportes. O **Valor** apurou que representantes da Cemig, AES Tietê e Renova devem participar da reunião da Aneel de hoje.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 04/06/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curta

Minério em baixa

Os preços do minério de ferro marcaram ontem a terceira sessão consecutiva de desvalorização no mercado à vista, iniciando junho abaixo dos US\$ 100 por tonelada que foram alcançados em maio, após cinco anos de negociações abaixo desse valor. De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao caiu 2,4%, a US\$ 99,12. No ano, com o desempenho negativo dos últimos dias, os ganhos estão abaixo de 40%. Na Bolsa de Commodity de Dalian, o contrato de minério para setembro recuou 18 yuans, para 709 yuans por tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 04/06/2019**Seção:** Empresas**Autor:** Juliano Basile | De Brasília**Título:** Superintendência do Cade dá aval para compra da Ferrous pela Vale

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem a compra da mineradora de ferro Ferrous Resources pela Vale, mesmo após os pedidos de reprovação feitos pela Porto Sudeste, que alegou que o negócio geraria concentração no mercado de minério de ferro e na setor de terminal de exportação da commodity siderúrgica. O negócio foi anunciado no início de dezembro, por US\$ 550 milhões.

Alexandre Cordeiro, superintendente-geral do órgão antitruste, afirmou em seu despacho que se observa que "a Vale não tem capacidade [com a aquisição] de fechar o mercado portuário para produtores de minério de ferro na região Sudeste, pois existem outras opções de escoamento" ao proferir seu aval.

O despacho da SG teve informações da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) sobre a atuação da Vale no setor de terminais portuários.

A Porto Sudeste é uma empresa oriunda de um projeto portuário de Eike Batista no litoral do Rio. Atualmente, é controlada pela joint venture formada pela operadora mundial de terminais Impala, subsidiária do grupo Trafigura, e pelo

fundo de investimento Mubadala. O porto está em operação desde 2015 e movimenta principalmente minério de ferro.

A empresa alega em sua defesa que a Vale poderia dominar até 80% deste mercado, mas o Cade verificou que a mineradora "tem a obrigação de disponibilizar 15% do volume transportado no ano anterior a clientes independentes, de forma que a operação não acarreta mudança relevante do ponto de vista concorrencial no mercado atual de serviços de movimentação portuária de minérios de ferro na região Sudeste".

Por isso, decidiu que a operação não suscita preocupações concorrenciais dentro do mercado de minérios de ferro tipo "pellet feed", usado em pelotização, produzido pela Ferrous, e o mercado de pelotas de ferro produzido pela Vale.

Localizado na Ilha da Madeira, em Itaguaí, o terminal da Porto Sudeste nasceu com capacidade para chegar a 50 milhões de toneladas numa primeira fase. Visa principalmente produtores de minério de Minas Gerais. A meta da empresa era atingir a marca de 12 milhões de toneladas exportadas até o fim de 2017 e elevar esse volume a 40 milhões em um período de até quatro anos, segundo informações em seu site.

Sediada em Belo Horizonte, a Ferrous possui e opera minas de ferro nas proximidade das operações da Vale na região do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais. Segundo comunicado da Vale na época do negócio, a Ferrous vai adicionar 4 milhões de toneladas anuais de "pellet feed" de alta qualidade à produção da Vale.

O Cade apontou ainda que a Ferrous não é uma concorrente da Vale nesse mercado. Por isso, o negócio não deve elevar preços aos consumidores nem prejudicar empresas concorrentes. "Verificou-se que a Ferrous não consiste em uma rival efetiva da Vale no mercado de pellet feed, não sendo considerada pelos consumidores desse tipo de minério de ferro uma opção alternativa para satisfazer suas demandas individuais", disse Cordeiro, do Cade.

A Superintendência também identificou que boa parte dos produtos da Vale neste setor são destinados para a exportação e, portanto, não devem afetar os preços para o comércio no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/06/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Previ perde R\$ 5,8 bilhões com Vale no 1º trimestre

A queda das ações da Vale após o rompimento da barragem em Brumadinho (MG) teve impacto negativo de R\$ 5,8 bilhões sobre o resultado da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil com R\$ 195 bilhões em ativos, no primeiro trimestre. Isso representa quase todo o superávit acumulado no ano passado, de R\$ 6,5 bilhões, no principal plano da fundação, que reúne mais de 90% do patrimônio total.

Com uma meta de rentabilidade de 2,93% para o trimestre no plano, a Previ acabou por ter retorno negativo de 0,06% no período devido ao impacto das perdas com a renda variável, em especial as provocadas pela Vale.

A alocação total do Plano 1 (maior e mais maduro da fundação) em renda variável é avaliada em mais de R\$ 80 bilhões, sendo cerca de R\$ 40 bilhões apenas em Vale. No primeiro trimestre, a renda variável foi o único segmento em que os investimentos tiveram perdas, de 3,63%. Com isso, o resultado final do plano no período foi negativo em R\$ 5,7 bilhões. A Litel, holding por meio da qual a Previ investe em Vale, tinha dado resultado positivo de R\$ 15 bilhões em 2018.

"Depois de ter ultrapassado os 100 mil pontos, a bolsa ainda está um pouco instável e temos de esperar qual será a tendência do ano. Temos um superávit acumulado no ano passado de R\$ 6,5 bilhões", disse ao **Valor** o presidente da Previ, José Maurício Coelho. Graças ao superávit, a entidade acumula resultado positivo de R\$ 797 milhões.

A metodologia de avaliação da Litel foi alterada em setembro de 2018, e tornou o cálculo mais aderente ao valor atual da companhia. A precificação, que antes era anual, passou a ser realizada ao fim de cada mês, e considera uma média ponderada das cotações dos três meses anteriores ao último dia útil do mês corrente.

"Sabemos que [o resultado negativo] é temporário, porque a ação da Vale está acima de R\$ 50 há bastante tempo, mas como a metodologia considera 90 dias para trás, ainda contempla períodos como fevereiro, em que o preço estava mais baixo. A metodologia suaviza tanto na subida quanto na queda, diminuindo um pouco a volatilidade", afirmou Coelho.

Sobre a possível venda de uma fatia da Vale, o executivo afirmou que a Previ continua "estudando alternativas" para a Litel. O fundo de pensão detém 80,6% do veículo de investimentos. Outros acionistas são fundos de pensão como Petros (Petrobras), Funcef (Caixa) e Funesp (empresas elétricas do Estado de São Paulo).

Em dezembro passado, a Litel aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP). "Com o pagamento de JCP em ações, conseguimos passar [papéis] para a participação direta da Previ. Se pudéssemos, gostaríamos de fazer algo parecido, estamos estudando isso. Sem dúvida [a questão tributária] pesa. Se a Litel vende ações da Vale, a Litel paga imposto. Se a Previ vende, ela não paga", afirmou Coelho, referindo-se a uma isenção tributária dos fundos de pensão.

Depois da Vale, o segundo maior ativo da carteira da Previ é a Neoenergia. A companhia protocolou pedido para realizar uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). A emissão é uma alternativa de saída para o fundo de pensão. A Previ é dona de 38%, fatia avaliada em R\$ 8,8 bilhões. O executivo não comentou sobre Neoenergia devido ao período de silêncio por causa da oferta.

A Previ tem participação de mais de 0,25% ou assentos em conselhos em 29 empresas, incluindo Ambev, Banco do Brasil, Petrobras, BRF, Bradesco e Invepar. Esse número pode aumentar conforme o fundo de pensão der andamento aos planos de ter posições mais líquidas.

Isso é necessário para fazer frente ao pagamento de benefícios do Plano 1, de benefício definido, quando o valor a ser pago é acertado na contratação do plano. A maioria dos 82.724 aposentados e 22.073 pensionistas, que recebem R\$ 12 bilhões ao ano, é beneficiário deste plano. A maior parte está na região Sudeste, onde a Previ paga R\$ 414,8 milhões em benefícios ao mês. Em São Paulo, o valor médio mensal é de R\$ 9.314,31.

Aberto em 1998, após o fechamento do Plano 1 a novas adesões, o Previ Futuro, de contribuição variável, tem 700 aposentados. Como o valor da aposentadoria depende das contribuições, a entidade reforça a educação previdenciária destes participantes. "Com a reforma da Previdência, as pessoas estão mais interessadas", diz o diretor de seguridade, Marcel Barros. Ao longo do ano, a Previ realiza encontros com participantes dos dois planos nas principais capitais para apresentar os resultados e tirar dúvidas. No momento, realiza um roadshow pelo Sul do país, a partir de Porto Alegre (RS).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/06/2019

Seção: Finanças

Autor: Nathália Larghi | De São Paulo

Título: Bancos e exportadoras lideram indicações

O setor financeiro voltou a ter forte presença na Carteira **Valor** de junho, com as ações dos bancos Bradesco, Banco do Brasil - ambos com cinco indicações - e

Itaú Unibanco, com três recomendações, além dos papéis do IRB Brasil, também com três. O que norteou as escolhas dos bancos foi a perspectiva de uma melhora da economia local, que pode levá-los a aumentar suas carteiras de crédito. Porém, enquanto essa aceleração da atividade não acontece, os analistas continuam equilibrando as apostas com companhias exportadoras ou com forte presença no exterior, que têm receita em dólar.

A Petrobras, por exemplo, continua sendo a mais indicada entre as casas, apontada por sete delas. Vale, Gerdau e Braskem entraram na carteira com três menções. Completam a seleção as ações da Lojas Renner e Kroton, que apresentaram bons resultados operacionais no primeiro trimestre.

Na liderança pelo oitavo mês seguido, a Petrobras tem como principal atrativo a "continuidade de seu plano de desinvestimento", destaca a Elite Investimentos. O projeto é uma forma de a estatal gerar caixa, vendendo negócios que não são o foco principal da companhia.

"Com a conclusão da venda, no último mês, do gasoduto TAG por R\$ 8,6 bilhões, a Petrobras deve seguir agora no seu plano de venda de metade das refinarias no Brasil, distribuição de gás e rede de postos de combustíveis no Uruguai e parte de sua participação na BR Distribuidora. A companhia informou que o total de desinvestimentos deve chegar a US\$ 27 bilhões", afirma a Elite.

A segunda ação mais indicada foi a do Bradesco, escolhida por cinco corretoras. Mario Roberto Mariante, analista da Planner, destacou o lucro líquido de R\$ 6,2 bilhões registrado pelo banco no primeiro trimestre (o que representa um crescimento de 22% em relação aos R\$ 5,1 bilhões do mesmo período do ano passado). "Foi mais um bom resultado, melhor que o esperado. Ele foi explicado principalmente por maior margem financeira com clientes e o maior resultado das operações de seguros, previdência e capitalização, somados ao bom desempenho das receitas de serviços", afirma o analista.

O Banco do Brasil aparece em seguida, apontado por quatro casas. Do ponto de vista macroeconômico, a escolha, aponta a Bradesco/Ágora Corretora, baseia-se na tese de que, se a reforma da Previdência for aprovada, a economia do país melhora e, conseqüentemente, todos os bancos vão se beneficiar, com um aumento na carteira de crédito. O BB, segundo a corretora, é o banco com maior potencial de ganho nesse cenário, uma vez que está em processo de mudança de seu mix, reduzindo as linhas de crédito corporativo e aumentando a carteira voltada para o varejo. Na visão da corretora, isso deve provocar uma "estabilidade de margens, enquanto para os demais bancos esperamos uma redução nas margens em função de um ambiente mais competitivo". A casa destaca que o Banco do Brasil tem mais espaço para alta do que seus pares.

Pedro Galdi, da Mirae, também destacou os resultados do BB no primeiro trimestre, "com os números superando as expectativas dos investidores". Segundo o analista, "o novo governo já sinalizou que não há interesse em privatizar o banco, mas pretende alienar ativos em sua estrutura para torná-lo mais competitivo no setor", o que poderia ser "o principal gatilho para o preço da ação ao longo deste ano".

As ações do Itaú também apareceram na seleção e foram a opção da Socopa. Para Nicolas Takeo, analista da casa, as ações do banco estão baratas e têm espaço para alta. "Enxergamos um potencial de valorização de 16% para a ação em um horizonte de 12 meses", afirma. "Na nossa visão, o banco apresenta boa capacidade de alavancagem devido aos níveis de liquidez superiores aos exigidos pela autoridade monetária."

Outra representante do setor financeiro que segue na seleção foi a resseguradora IRB Brasil. Para a Elite Investimentos, a liderança da empresa no Brasil e na América Latina justifica a escolha. Segundo a casa, a atratividade está no bom mix entre os prêmios emitidos no Brasil (58%) e no exterior (42%). Isso significa que a companhia consegue ter ganhos tanto em cenários de desvalorização do dólar, como de "maior otimismo para a economia local".

Quem também se aproveita tanto do cenário interno como do externo é a siderúrgica Gerdau. Para Pedro Galdi, analista da Mirae, a empresa "apresentou bom resultado no primeiro trimestre, superando as expectativas dos investidores". Ele afirma que, apesar do volume de vendas ter diminuído em relação ao quarto trimestre, os preços maiores e o dólar mais caro minimizaram essa queda.

Para a Bradesco/Ágora Corretora, há sinais positivos para o mercado de construção civil brasileiro, já que "os lançamentos imobiliários continuam acelerando". "Além disso, os produtos de aços longos estão pressionando por aumentos de preços no segundo trimestre, enquanto os preços da sucata estão em declínio", destaca a casa.

Além da Gerdau, a Vale também se beneficia do aumento do dólar, assim como do preço do minério de ferro. Para Pedro Galdi, analista da Mirae, o rompimento da barragem de Brumadinho influenciou os resultados da empresa no primeiro trimestre. Porém, ele explica que, mesmo que ela tenha registrado uma "forte queda de produção de minério de ferro e pelotas no período", ocorreu uma "substancial mudança na relação da oferta e procura, já que com a redução da oferta ocorreu forte alta no preço destes dois produtos".

"O preço do minério de ferro saiu de US\$ 65 por tonelada (antes do acidente) para US\$ 95 por tonelada ao final do trimestre, o que fez com que o preço

médio de venda da Vale se situasse em US\$ 82,7 por tonelada no primeiro trimestre. Este substancial aumento de preço acabou minimizando a redução das vendas físicas", afirma Galdi. Para ele, "o pior do lado financeiro já ocorreu".

A Braskem encerra a lista de companhias que também estão posicionadas no cenário internacional. Para a Elite Investimentos, a empresa tem um "posição consolidada nos mercados em que atua". A casa também citou, dentre os motivos que justificam a escolha das ações, o acordo com a LyondellBasell, que deve comprar as ações da companhia pertencentes à Odebrecht. Segundo a Elite, "independentemente dos desdobramentos, a recomendação de compra permanece em vista do excelente desempenho operacional e das perspectivas positivas para a indústria nos próximos trimestres".

Dentre as companhias que se aproveitam de uma aceleração da retomada da economia local, aparecem na seleção as ações das Lojas Renner e Kroton.

A Elite Investimentos justificou sua escolha pela Renner com o lucro de R\$ 161,6 milhões registrado pela varejista no primeiro trimestre, resultado que foi 45% superior ao do mesmo período do ano passado. Para a casa, os bons números do balanço são um indicativo de que a ação pode se valorizar.

A escolha da Socopa pela Kroton está baseada no fato de as ações da empresa estarem "descontadas" (ou seja, desvalorizadas) e, por isso, têm chance de subir. "Na nossa visão, apesar do cenário concorrencial mais desafiador, a Kroton continuará entregando sólidos resultados operacionais como resultado da recuperação da economia doméstica e de ganhos de sinergia decorrentes da aquisição de 73,35% na Somos Educação", afirma Nicolas Takeo, analista da casa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/06/2019

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues/ BRASÍLIA

Título: Petrobrás propõe acordo com o Cade para venda de refinarias

Plano da estatal é cessar investigação sobre abuso da petroleira no mercado de refino; serão vendidas 8 das 13 refinarias

A Petrobrás apresentou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) proposta para vender refinarias que representam metade da capacidade de refino da estatal. A intenção é fechar um acordo com o conselho ainda em junho para encerrar investigações contra a petroleira por abusos no mercado de refino de petróleo, segundo apurou o Estadão/Broadcast. No fim de abril, o conselho de administração da Petrobrás aprovou um plano de venda de oito de

suas 13 refinarias, que representaria cerca de 48% da capacidade de refino. Agora, a estatal negocia com o Cade o pacote de ativos que será vendido, que não necessariamente será o já aprovado pelo conselho.

Para o Cade, é importante que o pacote seja suficiente para que haja concorrência nesse setor, que hoje funciona praticamente como um monopólio da Petrobrás. Neste momento, o Cade analisa se a lista apresentada é viável e se resolve os problemas identificados no setor, segundo fontes. Um segundo acordo está sendo negociado entre a Petrobrás e o Cade para a venda de ativos no mercado de gás, mas as conversas ainda são incipientes. Já o Termo de Compromisso de Cessação (TCC) no setor de refino ainda não foi fechado, mas a expectativa é de que o martelo seja batido nos próximos dias e que o entendimento seja levado ao tribunal do Cade ainda neste mês para homologação.

Oportunidade. A celebração de um TCC entre Petrobrás e o Cade para a venda de ativos no refino vai ao encontro dos interesses do governo, da estatal e do próprio conselho. Um acordo com o Cade facilitaria o trabalho do governo nesse sentido, já que partiria de um órgão regulador a exigência da venda de ativos, cabendo à estatal cumprir a determinação. Isso evitaria discussões sobre o processo de desinvestimentos e alcançaria também os objetivos do Cade de aumentar a concorrência no setor de combustíveis, que é alvo de várias investigações no conselho. Em janeiro, em entrevista ao Estadão/Broadcast, o presidente do Cade, Alexandre Barreto, previu que o inquérito para investigar a concentração da Petrobrás no mercado de refino de petróleo terminaria em acordo.

O Cade decidiu abrir inquérito para investigar se a Petrobrás abusa de sua posição dominante no refino de petróleo no fim do ano passado. A suspeita do órgão é que a estatal, que tem 98% desse mercado, tira proveito da situação de quase monopólio para determinar os preços dos combustíveis no país. O plano aprovado pelo conselho da Petrobrás autoriza a venda de oito refinarias e participação na BR Distribuidora.

A lista não inclui a maior produtora nacional, a Replan, em Paulínia (SP), e a Reduc, em Duque de Caxias (RJ), outra grande refinaria. Os ativos de refino incluídos neste programa de desinvestimento são: Refinaria Abreu e Lima (Rnest), Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), Refinaria Landulpho Alves (Rlam), Refinaria Gabriel Passos (Regap), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), Refinaria Isaac Sabbá (Reman) e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor). Procurada, a Petrobrás não se pronunciou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/06/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Preços altos afetam mercado do aço**

As fortes oscilações na demanda de aço, cujo mercado é um dos termômetros da atividade econômica, reforçam as evidências de desaceleração da economia. Em abril, segundo o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), foram adquiridas 226,3 mil toneladas de aço das usinas siderúrgicas, sob a forma de chapas grossas, laminados a quente e a frio, chapas zincadas a quente, chapas eletrogalvanizadas e chapas pré-pintadas. Houve recuo de 14,2% em relação a abril do ano passado porque os distribuidores seguraram compras, disse o presidente do Inda, Carlos Loureiro.

A principal explicação está no risco de preços, que subiram após o recuo da oferta de minério de ferro pela Vale. As siderúrgicas conseguiram aumentar os preços. Sem isso, os distribuidores poderiam ficar com estoques a custos elevados e forte ameaça de prejuízos, segundo o Inda. As vendas de 225,1 mil toneladas em abril caíram 15% em relação a março, mas superaram em 18,1% as de abril de 2018. Ainda com mais força caíram, no mês passado, as importações de aço, num momento de alta das cotações do dólar. As expectativas do Inda para maio são de uma queda de 5% tanto para as compras como para as vendas de aço.

Estima-se que a produção de aço represente entre 4,5% e 5% do Produto Interno Bruto (PIB). O aço, de fato, é matéria-prima relevante para os mais diversos segmentos, da construção civil à indústria automobilística, da indústria mecânica à produção de bens de capital. Entre os principais consumidores estão indústrias de autopeças e montadoras, mas há problemas nesses segmentos. O setor de veículos vinha enfrentando bem a crise, e tem havido aumento da comercialização, mas a queda do mercado argentino não foi totalmente absorvida. Além disso, internamente, cresceu a dependência das aquisições por pessoas jurídicas, como as locadoras, enquanto diminui o peso das aquisições por pessoas físicas.

O mercado do aço está entre os que mais dependem do ritmo da economia no longo prazo, ao fornecer matéria-prima para investimentos em setores industriais como eletrodomésticos, veículos e grandes estruturas, entre outros. Para a indústria do aço, mais importante do que a demanda de consumo de curto prazo será uma retomada de investimentos em infraestrutura.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/06/2019****Seção: Espaço Aberto****Autor: Paulo Hartung****Título: Bioeconomia: oportunidade para o Brasil**

Um relatório do WWF-Brasil chamado Guia prático para decisões com impacto no longo prazo no Brasil traz um dado preocupante: por ano, o País perde cerca de R\$ 9 bilhões em decorrência de eventos climáticos, como estiagens, inundações e vendavais.

Sabem onde estamos perdendo dinheiro? Segundo a entidade, em infraestruturas, como ruas e rede elétrica, além de habitações e escolas destruídas por estes acontecimentos extremos. E mais, a agricultura tem danos vultosos e chega a representar 70% dos prejuízos registrados no setor privado.

Esse panorama não pode continuar. Ser sustentável é uma necessidade latente, que envolve esforço conjunto de sociedade, setor privado e poder público. Nesse sentido, a bioeconomia é um segmento central para construirmos um futuro que equilibre necessidades e soluções ambientais, econômicas e sociais.

O conceito é baseado na utilização de recursos biológicos e renováveis para a geração de produtos e serviços. Trata-se de uma visão de futuro com alta produtividade, tecnologia e inovação. Precisamos focar nossos esforços em transformar o modelo econômico que utiliza matéria-prima fóssil em renovável e de baixa emissão de carbono.

A bioeconomia está ligada diretamente a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um conjunto de metas globais estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). **É possível citar o ODS 7 (energia limpa)**, o ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), o ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), o ODS 12 (consumo e produção sustentáveis) e o ODS 13 (ação contra mudança do clima). Se o Brasil tiver um olhar estratégico para o tema, esta será uma agenda em que o País poderá ser líder. Temos grande força produtiva vinda do campo e de laboratórios de ponta, ao mesmo tempo que temos 67% do território coberto por vegetação nativa, de acordo com o MapBiomas.

É preciso equilibrar um processo produtivo sólido e o cuidado com a natureza. Primeiro ponto a ser considerado é que as florestas em pé têm enorme valor. Remoção de carbono, regulação do fluxo hídrico, conservação do solo, entre outros serviços ambientais, são fundamentais para a produção agrícola e para qualidade de vida. A conservação do meio ambiente não pode ser

economicamente desprezada e monetizá-la beneficiará, especialmente, pequenos agricultores, estimulando a proteção da vegetação nativa.

Neste quesito, políticas públicas são imprescindíveis, até mesmo para estimular uma economia de baixa emissão de gases de efeito estufa e criar mecanismos de mercado de carbono. O RenovaBio é um exemplo de uma política pensada para promover a expansão dos biocombustíveis, mas que não deslanchou. O programa, mesmo aprovado pela Câmara em 2017, ainda passa por discussões para

território. Mesmo assim, é um importante abrigo para biodiversidade, estoca 1,7 bilhão de CO² equivalente e ajuda a conservar o solo. Em muitos casos, as florestas são certificadas pelo FSC e PEFC/Cerflor, que atestam a origem dos produtos, fortalecendo o mercado responsável e o comércio internacional.

Assim, desde a escolha do local de cultivo até o consumidor final, a indústria mantém um olhar cuidadoso. E não para por aqui, já que os produtos estocam carbono, são renováveis e, muitos deles, biodegradáveis. Ou seja, após o fim do ciclo de uso, decompõem-se na natureza até mesmo em poucos meses. É um setor que demonstra ser possível trabalhar de maneira equilibrada, proporcionando soluções para grandes problemas que afligem o planeta.

O que está por vir? Nanofibras e nanocristais, obtidos a partir da quebra das fibras de celulose, que podem ser utilizados em tintas, cosméticos, fios têxteis, próteses e suplementos alimentares. Bio-óleos, originados da transformação da madeira de florestas plantadas, que, em breve, podem ser uma opção a combustíveis de alto impacto poluidor.

Esses elementos tornam a indústria de florestas plantadas um exemplo de setor da bioeconomia. O mundo está se mobilizando para estabelecer este novo conceito de forma estratégica. Nós também precisamos nos preparar para atender aos anseios dos novos consumidores, mais conscientes e em busca de produtos e serviços de qualidade e ambientalmente corretos.

Mas temos um desafio: o respeito à legislação e às bases científicas que a sustentam. Chegou o momento de fazer valer leis bem estruturadas, como o Código Florestal. O caminho inverso, de alterações ou rediscussões sobre normas bem construídas, pode ser um equívoco, no qual jogaremos contra o meio ambiente, contra a cadeia produtiva e contra o futuro do Brasil, que poderá perder as oportunidades de uma demanda planetária para lá de urgente.

VEÍCULO: O Globo**Data: 04/06/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Programa tenta combater o furto de combustível**

A morte, mês passado, da menina Ana Cristina Pacheco, de 9 anos, que teve queimaduras provocadas pelo furto de um duto da Petrobras em Duque de Caxias (RJ), reacendeu a preocupação da estatal com o crescimento desses saques.

O presidente Roberto Castello Branco lançará na sexta, agora, o Programa Integrado Petrobras de Proteção de Dutos. “O objetivo é prevenir tentativas de furto de petróleo e derivados na malha de oleodutos terrestres”.

Segue...

Em janeiro, no México, onde esse tipo de delito também é comum, uma explosão na tubulação de combustível que estava sendo furtado deixou 79 mortos.

VEÍCULO: O Globo**Data: 04/06/2019****Seção: Colunas****Autor: José Casado****Título: O custo da reputação**

Brasil, Estados Unidos e Suíça avançam numa investigação conjunta de corrupção que tende a resultar numa reforma das práticas do comércio mundial de petróleo, alimentos, minerais e metais. No alvo estão as transnacionais Glencore, Vitol, Trafigura, Mercuria e Gunvor. Juntas, controlam quase 25% dos contratos no comércio global de commodities.

Nos EUA, o Departamento de Justiça, a Comissão de Valores Mobiliários (SEC, na sigla em inglês) e a Comissão de Negociação de Futuros de Commodities (CFTC) se uniram às Procuradorias do Brasil e da Suíça na apuração de pelo menos 17 casos.

É a mais ampla investigação no setor desde os anos 80, quando o então promotor de Nova York Rudolph Giuliani saiu à caça de Marc Rich, fundador da Glencore. Rich acabou condenado a três séculos de prisão, o dobro da pena do ex-governador do Rio Sérgio Cabral. Fugiu, perdeu metade da fortuna, mas

morreu ainda bilionário em 2013. Não voltou aos EUA, mesmo perdoado pelo presidente Bill Clinton.

A etapa brasileira da investigação avança com delações de executivos relatando subornos em troca de vantagens em contratos da Petrobras.

Escritórios da estatal em Houston, Londres e Nova York negociavam em média 400 mil barris de combustíveis por dia, a preços variáveis. Em apuração sobre contratos com Glencore, Trafigura e Vitol, a Petrobras afirmou à Justiça que não possui registros em papel ou eletrônico sobre os negócios, feitos durante 15 anos seguidos de maneira informal, sem qualquer controle.

A manipulação de até dois dólares por barril nos contratos produzia fortunas, rateadas entre funcionários e políticos (PT, MDB, Progressistas, antigo PP, PL, ex-PR, e PSDB).

Glencore, Vitol e Trafigura são três vezes maiores que a Petrobras. Os prejuízos potenciais às suas reputações são imensuráveis —por causa de Rich, a Glencore já foi obrigada a se dividir. Somente para juntar a papelada exigida pelos EUA, a Glencore gastou em média R\$ 620 mil por dia no segundo semestre do ano passado, informa no balanço anual.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/06/2019

Seção: Economia

Autor: Thais Moura

Título: Preço da gasolina começa a ceder no DF

A redução de 7,2% no preço da gasolina nas refinarias, informada pela Petrobras na última sexta-feira, já chegou a alguns postos do Distrito Federal. Após se aproximar dos R\$ 5, em maio, o combustível podia ser encontrado a R\$ 4,20 ontem. Os ajustes, definidos com base na cotação do dólar e do petróleo no mercado internacional pela estatal, podem interferir positivamente na inflação deste mês, segundo especialistas.

Levantamento feito pelo Correio em 27 postos na Asa Sul, Asa Norte, Estrada Parque Taguatinga (EPTG) e Setor de Indústrias Gráficas (SIG) mostra que, apesar do preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) estar em R\$ 4,39, apenas 14 postos vendem a gasolina a menos de R\$ 4,40, enquanto 13 mantêm os valores entre R\$ 4,42 e R\$ 4,67. O menor preço encontrado foi nos postos da EPTG, por R\$ 4,19. No plano piloto, é possível abastecer a R\$ 4,22 no Shell da 115 Sul. Apesar da redução nas refinarias, em 17 postos pesquisados os preços foram mantidos ou aumentaram, em relação a 21 de maio.

Muitos consumidores, na expectativa de que a redução chegasse rapidamente aos postos, aproveitaram para abastecer em postos mais em conta. Na tarde de ontem, Michelle Petra, 40 anos, abasteceu o carro no Ipiranga da 112 Norte, onde o litro da gasolina estava a R\$ 4,43. A administradora torce para que os postos repassem logo a queda nas refinarias para o consumidor, pois, só no último mês, gastou R\$ 1,2 mil com combustível. “Eu rodo cerca de 40 quilômetros todos dias, só indo de casa para o trabalho e voltando, então, esse preço não é normal para mim”, reclama.

Segundo Paulo Tavares, presidente do Sindicombustíveis, as distribuidoras não fizeram o repasse porque já tinham reformulado os preços. “Se a guerra entre os postos acabar, a gasolina deve voltar a aumentar cerca de R\$ 0,20 centavos no DF”.

O economista da Universidade de Brasília, César Bergo, acredita que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de junho terá uma resposta positiva à redução no valor dos combustíveis. “Nos próximos dias, quando todos os postos ajustarem os preços, veremos que os números da inflação estarão menores”, analisa o especialista.

Variação dos preços no DF (em reais)

Postos	21/5/2019	3/6/2019
Petrobras - Posto da Lava Jato	4,399	4,559
Petrobras - Eixo W 106 Sul	4,399	4,269
Auto Lu's - Eixo W 107 Sul	-	-
Petrobras - Eixo W 109 Sul	4,399	4,379
Shell - Eixo W 115 Sul	4,399	4,229
Petrobras - Eixo L 214 Sul	4,299	4,390
Petrobras - Eixo L 212 Sul	4,599	4,599
JarJour - Eixo L 210 Sul	4,299	4,389
Petrobras - Eixo L 207 Sul	4,299	4,389
PB - Eixo L 206 Sul	4,389	4,389
Melhor - Eixo L 204 Sul	4,389	4,389
Petrobras - Eixo L 202 Sul	4,389	4,389
Ipiranga - Eixo L 204 Norte	4,599	4,539
JarJour - Eixo L 206 Norte	4,299	
Petrobras - Eixo L 208 Norte	4,279	4,429
Ipiranga - Eixo L 210 Norte	4,289	4,429
Shell - Eixo L 212 Norte	4,259	4,439
Petrobras - Eixo L 214 Norte	4,699	4,439

Ipiranga - Eixo W 115 Norte 4,289 4,429
Petrobras - Eixo W 113 Norte 4,469 4,429
Ipiranga - Eixo W 112 Norte 4,279 4,439
Shell - Eixo W 109 Norte - -
Petrobras - Eixo W 107 Norte 4,259 4,439
Petrobras - Eixo W 103 Norte 4,870 4,670
Petrobras - SIG Quadra 3 4,289 4,389
Shell - SIG Quadra 3 4,289 4,389
Garantia - EPTG 4,399 4,199
Safeway - EPTG - -
Vtex - EPTG 4,397 4,197
Ipiranga - EPTG 4,399 4,199

MME / ASCOM .